

idéia da inexistência de partidos políticos bem caracterizados. O que há sempre são facções políticas, com lideranças passageiras.

Os capítulos terceiro e quarto a *Nova Era de Vargas e Governo Transitório* cobrem cronologicamente os anos de 1951-1956 que correspondem à fase democrática de Vargas e que foi interrompida com o suicídio do Presidente em 1954. A partir desta data e até o final do período, Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos assumiram a presidência num período de grande crise na vida nacional.

Analisa em seguida o governo Kubistscheck, o qual caracteriza como *Anos de Confiança (1956-1961)*. Neste quinto Capítulo Skidmore mostra o papel de Juscelino na vida nacional. É um período, segundo o autor, em que o povo brasileiro ganhou confiança no presidente e no Brasil. Diz que foi um período de grande realizações, embora tenha havido, em muitos momentos, inúmeras improvisações, embora bem sucedidas em grande número.

Mostra que o ano de 1961 se caracterizou como “Entreato Agonizante”, em que surge “Um Corpo Estranho” (pág. 231) que é Jânio Quadros. No capítulo seguinte (VII) estuda Goulart no Poder. Analisa, então, toda a agitação do período de “Jango” mostrando quantas indecisões o caracterizaram. O estudo iniciado neste capítulo se conclui no oitavo, no qual Skidmore mostra o “Colapso Democrático”, em que observa a participação de João Goulart e do grupo nacionalista.

O epílogo é, ao nosso ver, o capítulo mais fraco do livro pois deixa muito a desejar.

Além do texto o autor apresenta um Apêndice (pág. 389) que se intitula “Papel dos Estados Unidos na Queda de Goulart” — interessante documento — completa a obra.

Ainda temos um “Índice Bibliográfico Seleccionado”, onde se encontra um “sem número” de obras elaboradas por estrangeiros em especial estado-unidenses, aspecto para o qual Assis Barbosa chama a atenção na Apresentação e que nós reavivamos aqui.

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER

\* \*  
\*

QUEIROZ (Carlota Pereira de). — *Vida e morte de um capitão-mor*. São Paulo, Comissão Estadual de Literatura, 1969, 373 págs. (Coleção Histórica, vol. 6).

No presente volume, a autora de *Um fazendeiro paulista do século XIX* traz novos subsídios à historiografia paulista, divulgando peças valiosas do arquivo de sua família. Se no livro de estréia, a Dra. Carlota Pereira de Queiroz fixou o meio e o tempo em que viveu o avô paterno, Manoel Elpídio de Queiroz, revelamos no presente volume, como a mesma riqueza de documentos, aqueles em que atuou seu avô materno, o Cel. José Vicente de Azevedo, genro do capitão-mor Manoel Pereira de Castro. Tratando-se de atividades contemporâneas, mas desenvolvidas em regiões diferentes da então província, um volume completa outro, co-

mo observa no prefácio o Sr. Ian de Almeida Prado, para se constituírem ambos num largo trato da história social e econômica de São Paulo. *Vida e morte de um capitão-mor* é também muito da própria história de Lorena e das influências civilisatórias que recebeu das vizinhanças da Côrte, inclusive muito do carnaval carioca em seus albores. As lutas políticas que cêdo custaram a vida a José Vicente de Azevedo; os casamentos em que se entrelaçam famílias ilustres, como os Pereira de Castro, os Vicente de Azevedo ou os Moreira Lima; os usos e costumes; a vida urbana e rural; as práticas do comércio e da lavoura, etc., desfilam em *Vida e morte de um capitão-mor*, como num trecho dêsse vasto mural que é a chamada “civilização do café”. Completam o livro numerosos documentos da época, cuidadosamente selecionados, ao lado de ilustrações, como retratos de família e reproduções de autógrafos e impressos. A “Coleção Histórica”, na verdade marginalizada ante a massa de publicações prôpriamente literárias daquela Comissão (iniciada em 1964 está apenas no vol. 6), mostra-nos com mais êste livro de Carlota Pereira de Queiroz a sua utilidade.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \* \*

BALHANA (Altiya Pilatti) e MACHADO (Brasil Pinheiro). — *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Publicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968. 268 páginas.

Aos “campos gerais” do Paraná denominou Saint-Hilaire de “paraíso terrestre do Brasil”. O grande botânico vinha de Goiás, atravessara todo o território paulista e penetrara na chamada “Comarca de Curitiba”, na época (1818) parte integrante da Província de São Paulo. (Só em 1853 o Paraná adquiriria sua autonomia, constituindo-se em província). Depois de percorrer regiões um tanto monótonas, seja quanto às condições fisiográficas, seja quanto às condições humanas, deslumbrou-se o sábio francês com os campos da “Comarca de Curitiba”. Daí ocorrer-lhe a associação edênica, de que tanto se orgulham, e com razão, os paranaenses de hoje. Impressionou ao viajante não apenas as características da natureza, mas igualmente as perspectivas que, a seus olhos, abriam-se para a bela região. Chegou a considerá-la a área ideal para a colonização européia. Saint-Hilaire gostou demais do Paraná. Tudo lhe pareceu, naquela região, melhor do que em outras áreas que percorrera. Talvez, ainda aqui, a força dos contrastes. Só não agradou ao botânico o movimento separatista que encontrou por ocasião de sua visita e que se avolumou com o tempo e do qual teve melhor conhecimento antes de publicar seu precioso relato de viagem, o que só ocorreu em 1851. Parecia a Saint-Hilaire que o desmembramento do Paraná seria o começo de uma série de desmembramentos a que talvez o país não resistisse. Todavia, o futuro não confirmou seu vaticínio, pois durante todo o século XIX apenas duas províncias fôram desmembradas. E parece até que o Paraná esperou Sain-Hilaire morrer para separar-se, pois isto só ocorreu três meses após o falecimento do grande naturalista.

Mas o objetivo desta nota não é recordar o simpático viajante francês, que tão bem soube sentir o Brasil, mas noticiar valioso trabalho de pesquisa em torno